**EDUCAÇÃO ESPECIAL: ANÁLISE HISTÓRICA**

**AZEVEDO, Etnalva Cerqueira**

**Pedagoga especializada em educação especial.**

RESUMO

A questão da inclusão é muito complexa e exige muito mais responsabilidade do que se imagina, insere-se no contexto de discussões sobre as adequações necessárias da escola, em relação a acessibilidade, função do governo; formação de professores, e conscientização social, para a integração das pessoas portadoras de deficiências enquanto cidadãos, com direitos e deveres de participação e contribuição social. Sabe-se, porém, que a trajetória enfrentada pelos portadores de necessidades especiais não tem sido fácil. Falta comprometimento, reconhecimento e investimento na infraestrutura para atendimento deste indivíduo, e não menos importante, que a escola e sociedade construam uma corrente de inclusão e de educação. Entender, portanto, o caminho percorrido por este indivíduo, no passar dos séculos, é extremamente importante para que se possa estudar métodos para sanar as deficiências no atendimento a este.

**Palavras-chave:** Inclusão, Adequações, Trajetória.

**ABSTRACT**

The issue of inclusion is more complex and requires more responsibility than you think, is part of the discussions in the context of the necessary adaptations of the school in relation to accessibility, role of government; teacher training and social awareness, for the integration of people with disabilities as citizens with rights and duties of social participation and contribution. It is known, however, that the path faced by people with special needs has not been easy. Lack commitment, recognition and investment in this individual assistance for infrastructure, and not least, the school and society to build a chain of inclusion and education. Understand, therefore, the path taken by this individual, over the centuries, it is extremely important so that you can study methods to address the shortcomings in the care of this.

**Keywords**: Inclusion, Adequacy, Trajectory.

**1 INTRODUÇÃO**

O ser humano, portador de necessidades especiais, durante séculos, e até mesmo milênios, foi discriminado como portador de enfermidades contagiosas, perigosas, delinquentes e até mesmo demoníacas. Com o avanço da ciência e da tecnologia, e uma ampla mudança de pensamento, essas pessoas passaram a ser vistas de forma diferente no contexto social. Nas últimas décadas, várias tem sido as tentativas de socialização das pessoas com deficiência; surgiram múltiplas discussões sobre esse tema, como simpósios, seminários e conferências e tais atitudes contribuíram para o processo atual denominado inclusão.

Procura-se identificar a origem e os principais conceitos e aspectos relevantes sobre a inclusão, já que este conceito de tem sido adotado como fator de grande relevância na educação. Essa prática de ensino considera que a instituição não pode permanecer estática e rígida. Esse processo requer um trabalho de mudança constante no ambiente escolar. Sendo assim a adaptação deve ser da escola ao aluno, e não do aluno à escola. Apesar da escola possuir sua própria estrutura e cultura, isso não significa que a cultura do aluno seja errada.

Torna-se importante mencionar que a inclusão não é um processo que procura atender apenas às pessoas com deficiência, seja essa física e/ou cognitiva, mas também as pessoas “consideradas normais”. É preciso evidenciar também que o educador representa um papel fundamental no processo de inclusão, principalmente no ambiente escolar.

Para isso, entender como a educação inclusiva surgiu e como tem superado a cultura milenar da discriminação, faz-se necessário para aqueles que a veem na educação o caminho para a autossuficiência e evolução, para estes indivíduos.

**2 A INCLUSÃO E SEU PROCESSO HISTÓRICO**

A inclusão é hoje mais que uma proposta escolar, é uma atitude social. Passa pela luta por uma escola para todos e pela importância de educar para a pluralidade, para a convivência numa sociedade diversificada, na qual o convívio e o encontro das diferenças físicas, individuais, culturais, ideológicas, tecnológicas entre outras, é condição primeira para a transformação (POLITY, 2004).

Ainda nesta concepção Araújo discorre que:

“A educação inclusiva é uma educação voltada de TODOS PARA TODOS onde os ditos “normais” e os portadores de algum tipo de deficiência poderão aprender uns com os outros. Uma depende da outra para que realmente exista uma educação de qualidade. A educação inclusiva no Brasil é um desafio a todos os profissionais de educação [...]”(ARAÚJO, 2004, p. 21)

Sendo assim todos os envolvidos no processo educacional, necessitam estudar, conhecer e trabalhar em cima da educação inclusiva de maneira efetiva, evitando toda e qualquer forma de discriminação, considerando que o processo educacional acontece de diferentes formas a cada indivíduo.

 De acordo com FERNANDES;LOPES:

O conceito de inclusão é:

* + - * Atender os estudantes portadores de necessidades especiais na vizinhança da sua residência.
			* Propiciar a ampliação do acesso destes alunos às classes regulares.
			* Propiciar aos professores da classe regular um suporte técnico.
			* Perceber que as crianças podem aprender juntas, embora tendo objetivos e processos diferentes.
			* Levar os professores a estabelecer formas criativas de atuação com as crianças portadoras de deficiência.

Propiciar um atendimento integrado ao professor de classe comum do ensino regular. (FERNANDES; LOPES, 2004, *s.d.* [on-line])

A educação inclusiva é dever do Estado, devendo ser efetivada no antro educacional de acordo com o que rege sua lei. Entretanto, vê-se que esta situação não ocorre exatamente como apresentado. Muitos alunos são excluídos em sala de aula, como se não existissem. Muitos profissionais, por falta de supervisão escolar, acabam por aprovar os alunos, mediante a laudos médicos e a “visível” incapacidade desses, na interpretação de alguns.

A inclusão, para o processo pedagógico é o “ato de incluir pessoas portadoras de necessidades especiais na plena participação de todo o processo educacional, laboral, lazer, etc., bem como em atividades comunitárias e domésticas” (FERREIRA, 1999, p. 1093).

A arte de facilitar adesão à inclusão envolve o trabalho criativo com este estado de elevação da consciência, redirecionando a energia estreitamente relacionada ao medo para resolução de problemas que promova a reconsideração dos limites, dos relacionamentos, das estruturas e dos benefícios. Quando esse redirecionamento fracassa, os alunos com deficiência permanecem fora da educação, ou andam a deriva com seus programas de educação individualizada - Idividualized Education Programs – IEPs) e seus professores assistentes [...] quando esse redirecionamento dá certo, a vida de uma turma modifica-se, de maneira surpreendentemente tranqüila, e abre espaço para novos relacionamentos, novas estruturas e uma nova aprendizagem [...] (O’BRIEN; O’BRIEN, 1999, p.48, grifo nosso).

Pensar em inclusão é saber que existem fortes resistências a tudo o que se refira às transformações nesta área. Muitos pedagogos já atuam no processo de inclusão, acreditando ser possível a inclusão dos alunos na sala de aula e fora dela. No entanto, essa boa atuação não depende apenas do profissional pedagogo, mas de uma ação conjunta pedagogo, aluno e família (ROSADAS, 1989).

A exclusão representa, ainda hoje, um fator de preocupação. É sabido que

A historia da Humanidade sempre foi marcada pela segregação e exclusão econômica, política, social e cultural das pessoas com deficiência. A concepção, em relação a este seguimento, mudou de acordo com as transformações ocorridas do modo de produção nos diversos períodos da história. De acordo com esse entendimento, a origem das deficiências não estabelece nenhum vinculo com questões supostamente divinas (ROSA; ANDRÉ; CABRAL, 2003, p. 10).

O diferente é considerado excluído pela sociedade. Desde o princípio da humanidade, aquele considerado diferente era mal visto, excluído, exterminado. Não foi diferente com as mulheres e negros quando conquistaram sua liberdade. A conquista do poder aquisitivo da chamada classe C, também foi motivo para muita exclusão O diferente se distingue devido ao fato de algumas pessoas não pertencerem a padrões pré-estabelecidos pelos grupos dominantes.

De um modo geral, as atitudes sociais se fazem acompanhar de providencias de ações e de cuidados. [...] Em razão dos sentimentos e conhecimentos de cada época da Historia, as pessoas portadoras de deficiências eram tratadas de uma ou de outra maneira: abandonadas em locais de isolamento, prisões, ambientes de proteção, hospitais, sendo todos esses atos justificados na cultura local e no meio histórico (CARVALHO, 1997, p.15).

Antigamente, todos aqueles que tivessem algum tipo de deficiência, eram excluídos totalmente da sociedade para qualquer atividade, pois eram considerados inteiramente inválidos e sem utilidade, já que eram também incapazes de trabalhar. “Para derrubar essa prática de exclusão a que foram submetidas essas pessoas deficientes durante séculos, surgiu à ideia de integração” (SASSAKI, 2002, p.31).

A história assinala, desde a Idade Antiga, políticas extremas de exclusão de crianças deficientes. Em Esparta, na antiga Grécia, essas crianças eram abandonadas nas montanhas; em Roma, eram atiradas nos rios. [...]. A Literatura de Educação Especial, registra a historia do atendimento à pessoa com necessidades especiais no mundo ocidental, incluindo o deficiente mental a partir dois meados do século XVI, quando a questão da diferença ou a fuga ao padrão considerado normal vai passar da órbita de influencia da igreja para se tornar objeto da medicina (CORREIA *apud* CARDOSO, 2001, p. 50).

Até o início do século XX o ser humano, de modo geral não sabia, exatamente o que era inclusão e a maioria destes, principalmente mulheres portadoras de necessidades especiais físicas e mentais, de outras etnias ou pertencentes a classes sociais baixas eram proibidas de frequentarem a escola.

 A partir desse século iniciou-se a chamada segregação, em que todos, de forma geral passaram a ter direito de frequentar uma instituição de ensino. Neste primeiro momento, os separavam das classes dominantes.

Na década de 1970 houve uma integração em que escolas comuns aceitavam alguns alunos nas classes comuns, mas esses tinham que se adaptar ao método de ensino, fato que impôs novos empecilhos aos desenvolvimentos desses discentes.

Nos anos de 1990, começou-se a ver, grandes manifestações dos portadores de deficiências junto a seus familiares lutando por direitos iguais, de introdução e permanência no ensino, principalmente.

Então, com o passar dos séculos, desde que os povos começaram, realmente, a entender e aceitar as diferenças, em relação a deficiências, e ainda, com a melhor aceitação dessa segregação, na metade deste século surgiram as primeiras escolas especiais, especializadas no atendimento às crianças portadoras de necessidades especiais. Mais tarde começaram a frequentar escolas comuns, geralmente equipadas com salas especiais, para também haver um atendimento individualizado, como apoio ao aluno, principalmente em determinados conteúdos.

A inclusão é vista hoje, como uma possibilidade que se abre para o aperfeiçoamento da educação escolar e para o benefício de todos os alunos com e sem deficiências. O objetivo da inclusão está atualmente no coração da política educacional e social (WERNECK, 2000), e envolve um processo de reforma e de reestruturação das escolas como um todo.

A inclusão é um processo, não um estado. Não há um estado de inclusão permanente. Toda inclusão é sempre temporária, precisa ser revista continuamente para evitar que os processos e mecanismos de exclusão social retornem (MRECH *apud* AMARAL, 2002, p.56).

O tema inclusão é muito polêmico. Existem pessoas que concordam e outras que discordam, pois, cada ser humano é exclusivo. Todos os indivíduos que fazem parte do universo são diferentes. Seja qual for a diferença existente, física, psíquica, motora, intelectual e outras, devem ser respeitadas e ter o grau de importância merecido a cada uma delas.

Frente a isso, Voivodic (2004, p.21) afirma que:

O termo inclusão tem sido usado com múltiplos significados. Em um dos extremos, encontram-se os que advogam a inclusão como locação de todos os alunos, independente do grau e tipo de incapacidade, na classe regular, com a eliminação dos serviços de apoio de ensino especial. Em outro extremo, o conceito de inclusão parece ser utilizado apenas para renomear integração, considerando que o melhor é a colocação do aluno com deficiência na classe regular, desde que se enquadre aos pré-requisitos da classe.

A dicotomia existente entre inclusão e integração tem sido o grande entrave para a consolidação do verdadeiro ato de educar. Pois aqueles que necessariamente dependem da atenção e respeito às vezes ficam à margem, impedidos de gozar plenamente de seus direitos garantidos por leis.

**7 REFERÊNCIAS**

ARAÚJO, Iêda da Silva, **Inclusão de alunos surdos na escola regular do município de Alagoinha**, Paraíba, 2004

AQUINO, Julio Groppa (org). **Diferenças e preconceito na escola**. Alternativas teóricas e práticas. 3 ed. São Paulo: Summus, 1998.

BRASIL. **Constituição da República Federal do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ Decreto – ***Lei nº 7.853* de 24 de Outubro de 1989**. Dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. Brasília, 1989.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_­­­­. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Brasília: MEC/CNE/CEB, 2001.

­­­­­­­­­­­­­­­­­­­­­­­­­­­­­­­­­­­­­­­­­­­­­­­­­­­­­­­­­­

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Programa educação inclusiva: direito à diversidade**.Brasília, v. 1, 2004.

FERREIRA, Maria Elisa Caputo. **Educação Inclusiva**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

FONSECA, Vítor. **Educação especial**. Porto alegre: Artes Médicas, 1998.

FREIRE, P. **A importância do ato de ler**. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1994.

KLEIMAN, A. **Oficina de Leitura**. Teoria e prática. Campinas. São Paulo: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1997.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Caminhos pedagógicos da inclusão**. São Paulo: Memnon, 2001.

MAZZOTA, Marcos José Silveira. **Educação Especial no Brasil**. história e políticas públicas. 5. Ed. São Paulo: Cortez, 2005.

RODRIGUES, David. **Inclusão e educação**: doze olhares sobre a educação inclusive. São Paulo: Summus, 2006.

SANTOS, Mônica Pereira dos *et al*. Educação Especial: Redefinir ou Continuar Excluindo? **Revista Integração,** Brasília,ano 14, n. 24, 2000.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão:** Construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SCHENEIDER, Dorith Wolf. **Classes esquecidas**.Tese de mestrado: UFRJ, Museu Nacional, 2004.

STAINBACK, S. & STAINBACK, W. **Inclusão, um guia para educadores**. Porto Alegre: Artmed, 1996.